

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO
2014

1. INTRODUÇÃO

O Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela lei n.º 24/98, de 26 de maio, pretende assegurar o funcionamento democrático dos órgãos eleitos, garantindo às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais, com a licitude que lhes é provida pela constituição e pela lei.

Por oposição entende-se o acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos das autarquias locais de natureza representativa, em moldes mais eficazes, dotando a oposição de direitos de participação em áreas fundamentais.

Nos termos do artigo 3º do Estatuto do Direito de Oposição, e no caso das Autarquias Locais, são titulares do direito de oposição:

- a) os partidos políticos representados no órgão deliberativo – Assembleia Municipal – que não estejam representados no órgão executivo – Câmara Municipal;
- b) os partidos políticos representados nas Câmaras Municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas;
- c) os grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico, nos termos das alíneas anteriores;

De acordo com o consagrado no Estatuto do Direito de Oposição, os titulares do Direito de Oposição têm o direito de:

1. **Ser informados** regular e directamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua actividade (artº 4º);
 2. **Consulta prévia**, de ser ouvidos sobre propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade (artº 5º);
 3. **Participação**, de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os actos e actividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem (artº 6º).
 4. Depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspecções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos (artº 8º).
- Nos termos do artº 10º do EDO, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, até 31 de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido Estatuto;

Esse relatório deverá, por sua vez, ser enviado aos titulares do Direito de Oposição, a fim de sobre ele se pronunciarem e, eventualmente, suscitarem a sua discussão pública.

O presente relatório, que se refere ao ano 2014, deverá ser publicado no site do Município.

2. TITULARES DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Considerando o caso particular do Município de Almeirim, tendo em consideração que o **Partido Socialista** é o único partido político representado na Câmara Municipal, com pelouros e poderes delegados, ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, são então titulares de direito de oposição, nos termos do artigo 3º da Lei nº 24/98, de 26 de Maio:

- a) O **Movimento Amar a Terra**, representado na Câmara Municipal com um vereador e na Assembleia Municipal com três eleitos.
- b) **A Coligação Democrática Unitária**, representada na Câmara Municipal com um vereador e na Assembleia Municipal com três eleitos;
- c) **O Movimento Independente do Concelho de Almeirim 2013**, representado na Assembleia Municipal com dois eleitos;
- d) O **Movimento Zé Gomes**, representado na Assembleia Municipal com um eleito;

3. CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DA OPOSIÇÃO

De acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e para o cumprimento do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 35.º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição, verificou-se através de:

a. DIREITO À INFORMAÇÃO

Os titulares do direito de oposição com assento na Câmara Municipal foram regularmente informados, pela Presidente da Câmara sobre o andamento dos principais assuntos de interesse

para o Município nas reuniões da Câmara Municipal e sempre que solicitaram esclarecimentos por parte dos elementos em funções executivas, tendo-lhes sido prestada a informação solicitada directamente e em prazo tido como razoável, em conformidade com as questões apresentadas.

Para além de outras informações relativas a outros assuntos, aos titulares do direito de oposição representados na Assembleia Municipal foram prestadas todas as informações previstas na alínea c) do nº 2 do artigo 25º e nas alíneas s), x), y) do nº 1 e no nº 4 do artigo 35º Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- ❖ Informação escrita e detalhada do Presidente da Câmara, acerca da actividade da Câmara Municipal, e de outros assuntos de interesse público, remetida a todos os membros da Assembleia Municipal, antes de cada sessão ordinária daquele órgão.
- ❖ Apresentação por parte da Presidente da Câmara de outros assuntos de interesse público nas sessões da Assembleia Municipal;
- ❖ Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município;
- ❖ Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos Vereadores verbalmente na própria reunião ou posteriormente por escrito;
- ❖ Resposta aos pedidos de informação veiculados pela Mesa da Assembleia Municipal;

- ❖ Publicação das deliberações dos órgãos autárquicos destinadas a ter eficácia externa, através de edital e divulgação na página da internet da autarquia;
- ❖ Divulgação das actas da Câmara Municipal pelas Juntas de Freguesia e na página da internet da Autarquia;
- ❖ Envio à Assembleia Municipal das actas das reuniões da Câmara Municipal, após a sua aprovação;
- ❖ Envio à Assembleia Municipal de informação diversa relativa a planos, projectos, relatórios, pareceres, memorandos e/ou documentos de natureza semelhante;

Os representantes da oposição foram ouvidos nas questões mais relevantes para a actividade autárquica e, sempre que possível, os seus contributos e sugestões foram incorporados.

A Câmara Municipal de Almeirim, em nome do princípio da transparência, mantém actualizados os mecanismos de informação permanente sobre a gestão municipal, onde se inclui a página da internet, facilitando o acompanhamento, fiscalização e crítica, da actividade dos órgãos municipais.

b. DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA

De acordo com o disposto no nº 3 do artigo 5º do Estatuto do Direito de Oposição, com o intuito de serem ouvidos os partidos políticos sobre as propostas do orçamento e dos planos de actividades e de investimentos foram enviados ofícios aos representantes de todos os partidos políticos e movimentos de cidadãos, solicitando contributos para a elaboração daqueles documentos. Com vista à aprovação final, quer pela Câmara Municipal quer pela Assembleia Municipal, os documentos previsionais foram facultados em devido tempo, resultando a sua aprovação nos prazos legais.

Foram facultadas, com a antecedência prevista na lei, e por correio electrónico, as ordens de trabalho das reuniões do executivo e disponibilizados para consulta todos os documentos necessários à tomada de decisão.

Foi possibilitada a cópia desses documentos, sempre que o desejaram, com meios humanos e materiais da autarquia.

Foi disponibilizado gabinete próprio, com meios logísticos necessários à sua actividade, em condições semelhantes a outros gabinetes de trabalho do edifício municipal;

Foi disponibilizado acesso a todas as instalações municipais e aos respectivos funcionários, sempre que manifestada a vontade, ainda que previamente contactado o eleito responsável pelo respectivo pelouro;

c. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

Durante o ano 2014, foi assegurado aos titulares do direito de oposição o direito de se pronunciarem e intervirem, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo efectuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos.

Foram tornadas públicas integralmente, por transcrição na respectiva acta ou inclusão como anexo, todas as declarações de voto apresentadas na reunião do executivo e foram tornadas públicas, por publicação no site do Município, as posições tomadas;

Assegurou-se aos eleitos o direito de apresentação de propostas de deliberação, que foram decididas de imediato ou agendadas posteriormente;

O executivo camarário, o Presidente da Câmara e Vereadores, procederam atempadamente, ao envio de informações pertinentes aos vereadores da oposição;

Foram dirigidos os respectivos convites aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em actos e eventos oficiais.

Foi garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à autarquia e destinada aos vereadores ou aos membros da Assembleia Municipal.

d. DIREITO DE PRONÚNCIA SOBRE O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, os titulares do direito de oposição dispõem do direito de se pronunciarem sobre o relatório, elaborado pelo órgão Executivo, de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido estatuto e, a pedido de qualquer desses titulares, pode o respectivo relatório ser objeto de discussão pública na Assembleia Municipal.

4. CONCLUSÃO

Tendo por base as linhas de actuação atrás expostas, entende-se que foram asseguradas, pela Câmara Municipal de Almeirim, as condições adequadas ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição durante o ano de 2014, considerando-se como relevante o papel desempenhado pelo Executivo Municipal como garante dos direitos dos eleitos locais da Oposição.



Nestes termos e em cumprimento do artigo 3º e do nº 2 do artigo 10º do Estatuto de Direito de Oposição, deverá este Relatório ser submetido ao órgão executivo e posteriormente enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Almeirim, e aos representantes dos partidos políticos e de grupos de cidadãos eleitores titulares do direito de oposição no Município de Almeirim.

Deverá ainda este Relatório ser publicado no site do Município.

Almeirim, 10 de março de 2014

O Presidente da Câmara Municipal

Pedro Miguel César Ribeiro